

Fluxo para notificação de irregularidades ou descumprimento de deliberações pelo gestor municipal

1 Identificação da situação



O Conselho identifica irregularidades ou descumprimento de deliberações pelo gestor municipal, por meio de:

- análises de documentos;
- acompanhamento das ações;
- fiscalização;
- denúncias ou outras informações.

2 Registro e análise interna



A situação é registrada em ata da reunião do Conselho, com:

- descrição dos fatos;
- documentos que comprovam a situação;
- deliberação do Colegiado sobre a necessidade de notificação.

3 Emissão da notificação



O Conselho elabora notificação formal ao gestor municipal, contendo:

- descrição da irregularidade ou do descumprimento;
- referência à deliberação do Conselho;
- prazo para manifestação e/ou providências;
- solicitação de informações ou documentos, se necessário.

4 Envio da notificação



A notificação é enviada oficialmente ao gestor municipal, com comprovação do recebimento (protocolo, e-mail institucional ou outro meio oficial).

5 Acompanhamento do prazo



O Conselho acompanha o prazo estabelecido para resposta e/ou providências do gestor municipal.

6 Análise da resposta e providências



Após o recebimento da manifestação do gestor, o Conselho analisa a resposta e verifica se as providências adotadas são suficientes para sanar a irregularidade ou cumprir a deliberação.

✓ Irregularidade sanada / deliberação cumprida

O Conselho registra em ata o cumprimento e encerra o procedimento, mantendo o acompanhamento contínuo.

✗ Irregularidade mantida / sem providências

O Conselho delibera sobre o encaminhamento da denúncia aos órgãos competentes.

7 Encaminhamento aos órgãos competentes



Em caso de não regularização, o Conselho encaminha a documentação aos órgãos competentes, como:

- Controle Interno do Município;
- Tribunal de Contas do Estado (TCE/PR);
- Ministério Público;
- Outros, conforme a situação.

8 Registro e monitoramento



Todas as etapas do processo são registradas em ata e arquivadas pelo Conselho, com acompanhamento até a efetiva regularização da situação.